C6 Bank TV1 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Responsabilidade Limitada

(CNPJ 29.828.733/0001-09)

Demonstrações contábeis acompanhadas do Relatório do Auditor Independente

Exercício findo em 31 de janeiro de 2026

C6 Bank TV1 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Responsabilidade Limitada

Índice

	Página
Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis	2
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis	10

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis

Ao:
Cotista e à Administradora do
C6 Bank TV1 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Responsabilidade Limitada
(Administrado pela Hemera Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **C6 Bank TV1 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Responsabilidade Limitada** ("**Fundo**"), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de janeiro de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **C6 Bank TV1 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Responsabilidade Limitada** em 31 de janeiro de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Fundo e sua Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Existência, valorização e realização dos investimentos em direitos creditórios

O Fundo adquire direitos creditórios pulverizados de empresas cedentes, os quais possuem lastro que suportam a sua existência e possibilitam a sua realização financeira. Estes ativos são registrados pelo valor de custo de aquisição, acrescidos de juros calculados com base na taxa interna de retorno, deduzidos, quando aplicável, da provisão para perdas por redução no valor de recuperação. Consideramos, desta forma, que a existência, a valorização e a realização destes direitos creditórios são os assuntos significativos de auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) recálculo do valor presente dos direitos creditórios; (ii) análise dos termos de cessão dos direitos creditórios adquiridos, em base amostral; (iii) teste de existência por meio de inspeção, em base amostral, dos documentos que lastreiam os direitos creditórios adquiridos; (iv) verificação dos recebimentos e recompras de direitos creditórios subsequentes à data base das demonstrações contábeis; e (v) avaliação da razoabilidade dos direitos creditórios em relação aos critérios de elegibilidade previstos no regulamento.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as evidências de auditoria obtidas são apropriadas e suficientes para suportar a existência, a valorização e a realização dos direitos creditórios do Fundo, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações contábeis do Fundo para o exercício findo em 31 de janeiro de 2025, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por outro auditor independente, o qual emitiu relatório em 30 de abril de 2025, sem ressalva sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração do Fundo pelas demonstrações contábeis

A administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração do Fundo é responsável pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

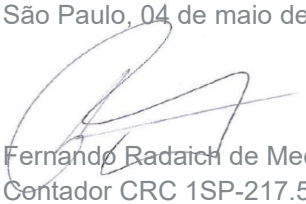
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração do Fundo a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação à administração do Fundo, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 04 de maio de 2026.



Fernando Radaich de Medeiros
Contador CRC 1SP-217.532/O-6

RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-030.002/O-7

C6 BANK TV1 FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - RESPONSABILIDADE LIMITADA
CNPJ: 29.828.733/0001-09
Administrado pela Hemera Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
CNPJ: 39.669.186/0001-01

Demonstração da Posição Financeira
Em 31 de janeiro de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/01/2026		31/01/2025	
Ativo	**Valor contábil**	**% sobre o patrimônio líquido**	**Valor contábil**	**% sobre o patrimônio líquido**
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	**1.673**	**0,37**	**1.792**	**0,65**
Disponibilidades	1.673	0,37	1.792	0,65
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	**138.520**	**30,31**	**2.781**	**1,01**
Títulos públicos federais	3.141	0,69	2.781	1,01
Fundos de investimento em renda fixa	135.379	29,62	-	-
Direitos creditórios	**330.117**	**72,22**	**284.005**	**102,73**
Direitos creditórios sem aquisição substancial dos riscos e benefícios (Nota 6.a)	222.853	48,75	246.830	89,28
(-) Provisão para perdas por redução no valor de recuperação (Nota 6.g)	(8.204)	(1,79)	(8.869)	(3,21)
Direitos creditórios com aquisição substancial dos riscos e benefícios (Nota 6.b)	121.228	26,52	53.654	19,41
(-) Provisão para perdas por redução no valor de recuperação (Nota 6.g)	(5.760)	(1,26)	(7.610)	(2,75)
Outros valores a receber	**1.995**	**0,43**	**459**	**0,15**
Recebíveis a liquidar (Nota 6.i)	1.973	0,43	438	0,15
Despesas antecipadas	10	-	10	-
Outros valores	12	-	11	-
Total do ativo	**472.305**	**103,33**	**289.037**	**104,54**
Passivo				
Valores a pagar	**15.200**	**3,33**	**12.580**	**4,54**
Valores a identificar (Nota 6.h)	14.379	3,15	11.921	4,31
Taxa de administração e gestão	165	0,03	120	0,04
Despesa com certificação digital	132	0,03	-	-
Taxa de consultoria	24	0,01	25	0,01
Auditoria e taxa de custódia	10	-	12	-
Despesas do sistema financeiro	8	-	-	-
Demais valores a pagar	482	0,11	502	0,18
Total do passivo	**15.200**	**3,33**	**12.580**	**4,54**
Patrimônio líquido	**457.105**	**100,00**	**276.457**	**100,00**
Total do passivo e patrimônio líquido	**472.305**	**103,33**	**289.037**	**104,54**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

C6 BANK TV1 FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - RESPONSABILIDADE LIMITADA

CNPJ: 29.828.733/0001-09
Administrado pela Hemera Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
CNPJ: 39.669.186/0001-01

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de janeiro de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

Composição do resultado líquido do exercício	**31/01/2026**	**31/01/2025**
Direitos creditórios	**69.005**	**48.894**
Apropriação de rendimentos (Nota 6.f)	62.057	48.965
Resultado nas negociações (Nota 6.e / 6.f)	4.433	3.044
Constituição/reversão de provisão para perdas no valor recuperável (Nota 6.g)	2.515	(3.115)
Cotas de fundos de investimento (Nota 5)	**14.943**	**7.421**
Reconhecimento de ganhos	14.943	7.421
Títulos públicos federais (Nota 5)	**421**	**86**
Receitas	423	86
Ajuste a valor justo	(2)	-
Demais despesas	**(3.531)**	**(4.032)**
Taxa de administração (Nota 14)	(1.351)	(1.163)
Despesas do sistema financeiro e cartório	(864)	(861)
Taxa de gestão (Nota 14)	(325)	(404)
Despesa com certificação digital	(287)	(372)
Taxa de consultoria (Nota 14)	(279)	(302)
Auditoria e taxa de custódia	(109)	(99)
Despesas jurídicas/advocatícias	(44)	(70)
Taxa de fiscalização CVM	(41)	(38)
Taxa de cobrança	-	(714)
Outras despesas	(231)	(9)
Resultado líquido do exercício pertencente aos detentores de cotas classificadas no patrimônio líquido	**80.838**	**52.369**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

C6 BANK TV1 FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - RESPONSABILIDADE LIMITADA
CNPJ: 29.828.733/0001-09
Administrado pela Hemera Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
CNPJ: 39.669.186/0001-01

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de janeiro de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto o valor unitário da cota)

	31/01/2026	31/01/2025
Patrimônio líquido no início do exercício	**276.457**	**344.088**
Representado por 145.639,10 cotas a R$ 1.898,231731 cada	276.457	-
Representado por 216.807,36 cotas a R$ 1.587,068350 cada	-	344.088
Resultado líquido do exercício pertencente aos detentores de cotas classificadas no patrimônio líquido	**80.838**	**52.369**
Cotas emitidas (Nota 11.a)	**99.810**	**-**
Representado por 47.484,70 cotas	99.810	-
Cotas resgatadas (Nota 11.b)	**-**	**(120.000)**
Representado por 71.168,26 cotas		(120.000)
Variação decorrente da movimentação de cotas	**99.810**	**(120.000)**
Patrimônio líquido no final do exercício	**457.105**	**276.457**
Representado por 193.123,80 cotas a R$ 2.366,901441 cada	457.105	-
Representado por 145.639,10 cotas a R$ 1.898,231731 cada	-	276.457

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

C6 BANK TV1 FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - RESPONSABILIDADE LIMITADA
CNPJ: 29.828.733/0001-09
Administrado pela Hemera Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
CNPJ: 39.669.186/0001-01

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
Exercícios findos em 31 de janeiro de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/01/2026	31/01/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	**80.838**	**52.369**
Ajustes para reconciliar o resultado líquido com o fluxo de caixa		
Rendimento dos direitos creditórios	(9.989)	(5.856)
Ajuste a valor justo de títulos e valores mobiliários	(360)	(145)
Rendimentos com cotas de fundo de investimento	(476)	-
Perda por redução ao valor de realização de direitos creditórios	(2.515)	3.115
Resultado líquido do exercício ajustado	**67.498**	**49.483**
Variação de ativos e obrigações		
Direitos creditórios	(32.685)	(43.664)
Cotas de fundos de investimento renda fixa	(134.903)	109.803
Títulos públicos federais	-	(267)
Outros valores a receber	(1)	472
Taxa de administração e gestão	45	(19)
Auditoria e taxa de custódia	(2)	1
Taxa de consultoria	(1)	2
Demais valores a pagar	120	5.244
Caixa líquido das atividades operacionais	**(99.929)**	**121.055**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Cotas emitidas	99.810	-
Cotas resgatadas	-	(120.000)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**99.810**	**(120.000)**
Variação no caixa e equivalentes de caixa	**(119)**	**1.055**
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercício	1.792	737
Caixa e equivalentes de caixa no final dos exercício	1.673	1.792
Variação no caixa e equivalentes de caixa	**(119)**	**1.055**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1. Contexto operacional

O **C6 Bank TV1 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Responsabilidade Limitada** ("Fundo") iniciou suas operações em 03 de dezembro de 2019, foi constituído sob a forma de condomínio de natureza especial aberto, com prazo de duração indeterminado.

O Fundo conta com uma única classe de cotas ("Classe"), classe esta que terá uma única subclasse.

O Fundo terá como objetivo proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas, por meio da aplicação dos recursos do Fundo preponderantemente na aquisição de direitos creditórios.

O Fundo destina-se exclusivamente a investidores profissionais, conforme definidos pela Resolução CVM nº 30/2021 e alterações posteriores.

A administração do Fundo, em conformidade com a Resolução nº 5.111 do Conselho Monetário Nacional e da Lei nº 14.754, de 12 de dezembro de 2023 classificou o Fundo como uma "Entidade de Investimento". Essa classificação foi estabelecida com base no cumprimento simultâneo das seguintes condições:

a) Captam recursos de um ou mais investidores para investir em um ou mais ativos;
b) É gerido, discricionariamente, por agente habilitado e autorizado para o exercício dessa atividade, conforme exigido pela legislação; e
c) Define em seu regulamento e nos demais documentos constitutivos, quando houver, estratégias a serem utilizadas para geração de retorno ao investidor, consistindo em uma ou mais das seguintes estratégias:

- Investimento e desinvestimento dos ativos que compõem a carteira do Fundo, observada a estratégia, as condições de mercado e, quando aplicável, o prazo nela estabelecido, de forma a maximizar o retorno para os cotistas;
- Investimento e manutenção, no todo ou em parte, dos ativos que compõem a carteira do Fundo de acordo com sua política de investimentos até a liquidação de tais ativos, por meio de seu pagamento ou de qualquer forma de negociação de tais ativos ou até a liquidação do Fundo, objetivando retorno na forma de apreciação do capital, renda ou ambos; e
- Investimento e manutenção dos ativos que compõem a carteira do Fundo, sem prazo definido para liquidação ou desinvestimento, buscando a apreciação do capital investido e a realização de retorno por meio de resgate ou de amortização de cotas ou de mecanismos que assegurem a negociação de cotas no mercado secundário.

O Fundo está sujeito a um conjunto de riscos, incluindo flutuações de mercado, riscos de liquidez, concentração de ativos e inadimplência de devedores, que devem ser cuidadosamente considerados pelos investidores antes de realizarem qualquer investimento.

Os investimentos do Fundo não são garantidos pela administradora, por qualquer mecanismo de seguro ou pelo Fundo Garantidor de Créditos ("FGC"). A responsabilidade dos cotistas está limitada ao valor por eles subscrito. Neste sentido, os cotistas somente serão obrigados a integralizar as cotas que efetivamente vierem a subscrever, respeitadas as condições estabelecidas no respectivo boletim de subscrição e no regulamento.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios, regidas pela Instrução CVM nº 489 /11, pela Resolução CVM nº 175/22 e demais orientações da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Na elaboração dessas demonstrações contábeis foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Desta forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão ser diferentes dos estimados.

A moeda funcional do Fundo é o Real, a mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis.

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração do Fundo em 04 de maio de 2026.

3. Descrição das principais práticas contábeis

a) Apropriação de receitas e despesas

A apropriação das receitas e despesas é reconhecida pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa compreendem o numerário em espécie e depósitos bancários à vista e instrumentos financeiros que atendam cumulativamente aos seguintes critérios: (i) ser mantido com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos; (ii) ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa; (iii) estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor; e (iv) ter vencimento de curto prazo, de até 90 dias.

c) Instrumentos financeiros

Classificação dos instrumentos financeiros

(i) Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação.

(ii) Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros e seu reconhecimento inicial depende de suas características e do propósito e finalidade pelos quais os instrumentos financeiros foram adquiridos pelo Fundo. Todos os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos do custo de transação, exceto nos casos em que os ativos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

(iii) Classificação dos ativos e passivos financeiros para fins de mensuração

Os instrumentos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, nas seguintes categorias:

- **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR):** essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos com o propósito de geração de resultado no curto prazo, decorrente de sua negociação;
- **Custo amortizado:** ativos financeiros mantidos dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja coletar os fluxos de caixa contratuais e para os quais os termos contratuais geram em datas especificas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor do principal em aberto;
- **Passivos financeiros ao custo amortizado:** passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento, resultantes de atividades de captação de recursos realizados pelo Fundo.

(iv) Classificação dos ativos e passivos financeiros para fins de apresentação

Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas da demonstração da posição financeira:

- **Disponibilidades:** Caixa e equivalentes de caixa;
- **Títulos e valores mobiliários:** representados por cotas de fundos de investimento, títulos privados e títulos públicos federais. O Fundo classifica os títulos e valores mobiliários na categoria valor justo por meio do resultado (VJR);

    - ***Títulos para negociação:*** Nessa categoria são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, em que as perdas e os ganhos realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado.
    - ***Títulos mantidos até o vencimento:*** Nessa categoria são registrados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais existe a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos.
    - **Títulos de renda fixa:** Os títulos e valores mobiliários de renda fixa são registrados ao custo de aquisição, ajustado diariamente ao valor justo. Os títulos e valores mobiliários privados são ajustados ao valor justo com base na melhor estimativa da Administradora do valor esperado de realização.
    - **Cotas de fundos de investimento:** Os investimentos em cotas de fundos de investimento são registrados pelo valor de aquisição e atualizados, diariamente, pelos respectivos valores das cotas, divulgados pelos respectivos administradores. A valorização e/ou desvalorização das cotas de fundos de investimento estão apresentadas em “Cotas de fundos de investimento - Reconhecimento de ganhos/perdas”.

- **Despesas antecipadas:** representam valores pagos antecipadamente, que serão computadas apenas no período de competência subsequente;

- **Outros valores a receber:** representados majoritariamente por direitos creditórios liquidados na data base, cujo recebimento por parte do Fundo ocorre no primeiro dia útil subsequente.

Os passivos financeiros são classificados por natureza na seguinte rubrica da demonstração da posição financeira:

- **Valores a pagar:** referem-se às despesas administrativas previstas no regulamento ou acordos contratuais do Fundo e que possuem saldo a pagar em 31 de janeiro de cada ano;

A mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças de valor justo:

O valor justo de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele poderia ser comprado e vendido naquela data por duas partes bem-informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em mercado ativo, transparente e significativo (preço cotado ou preço de mercado).

Caso não exista preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, seu valor justo é estimado com base em técnicas de avaliação normalmente adotadas pelo mercado financeiro, levando-se em conta as características específicas do instrumento a ser mensurado e sobretudo as diversas espécies de risco associados a ele.

- Mensuração dos ativos financeiros: Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, sem dedução de custos estimados de transação que seriam eventualmente incorridos quando de sua alienação;
- Mensuração dos passivos financeiros: Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método da taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial de instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente.

No caso dos instrumentos de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data de contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com o retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação de juros.

Reconhecimento de variações de valor justo: Como regra geral, variações no valor justo de ativos e passivos financeiros classificados com VJR, são reconhecidas na demonstração do resultado, em suas respectivas contas de origem.

d) Direitos creditórios

Os direitos creditórios são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não são cotados em um mercado ativo e estão classificados nos seguintes grupos:

i. **Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios:** nesse grupo são classificadas as operações em que o Fundo não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação e que, como consequência, não enseja a baixa do direito creditório nos registros contábeis do cedente.
ii. **Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios:** nesse grupo são classificadas as operações em que o Fundo adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação e que, como consequência, ensejam a baixa do direito creditório nos registros contábeis do cedente.

A classificação dos grupos acima é de responsabilidade da Administradora sendo estabelecida utilizando-se como metodologia, preferencialmente, o nível de exposição do Fundo à variação no fluxo de caixa futuro associado ao direito creditório objeto da operação.

Os direitos creditórios são registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos juros remuneratórios, calculados com base na taxa interna de retorno dos contratos, pelo critério "*pro rata temporis".* A taxa interna de retorno é calculada com base no valor de aquisição, no valor nominal e prazo de recebimento dos direitos creditórios.

A apropriação dos rendimentos dos direitos creditórios vincendos é reconhecida no resultado, na rubrica "Apropriação de rendimentos". A partir da data de vencimento do direito creditório não são mais apropriados juros remuneratórios. Os lucros ou prejuízos apurados nas negociações são registrados pela diferença entre o valor de venda e o valor presente do título no dia anterior e reconhecido em "Resultado nas negociações".

e) Provisão para perdas por redução no valor recuperável

A provisão para perdas no valor recuperável é constituída sempre que há evidência de redução no valor recuperável dos ativos do Fundo, sendo mensurada com base em estimativas de perdas esperadas, avaliadas de forma individual ou coletiva, conforme a natureza dos direitos creditórios.

A metodologia de provisionamento adotada considera critérios internos de classificação de risco, complementados por informações externas, e está estruturada com base em dois componentes: (i) PDD Nota Inicial e (ii) PDD Vencido.

Perda estimada

A perda estimada corresponde ao provisionamento constituído desde a aquisição do ativo até a data de seu vencimento, com base na classificação de risco atribuída ao devedor ou cedente, conforme o caso ("PDD Nota Inicial").

A classificação de risco é determinada por meio de metodologia interna da administradora, que considera aspectos qualitativos e quantitativos, podendo incluir informações externas de mercado.

Para direitos creditórios de um mesmo devedor, a mensuração da perda pode considerar o fluxo de caixa esperado de forma consolidada, levando em conta a natureza da operação e as características das garantias.

A provisão é apurada mediante a aplicação de percentuais de provisionamento conforme a nota de risco atribuída.

Perda incorrida

A perda incorrida refere-se ao provisionamento adicional constituído após o vencimento dos ativos (“PDD Vencido”), considerando o nível de risco de crédito e o tempo de atraso.

Nota	PDD Nota Inicial[1]	PDD Vencido[2]
AA	0,00%	100,00%
A	0,50%	99,50%
BB	0,70%	99,30%
B	1,00%	99,00%
CC	2,00%	98,00%
C	3,00%	97,00%
DD	5,00%	95,00%
D	10,00%	90,00%
EE	20,00%	80,00%
E	30,00%	70,00%
FF	40,00%	60,00%
F	50,00%	50,00%
GG	60,00%	40,00%
G	70,00%	30,00%
HH	85,00%	15,00%
H	100,00%	0,00%

[1] PDD Nota Inicial: provisionamento reconhecido entre a aquisição e o vencimento do ativo.
[2] PDD Vencido: provisionamento adicional aplicado após o vencimento.

O Fundo adota diferentes metodologias de provisionamento para ativos vencidos, conforme suas características:

i. Recebíveis tradicionais;

Para direitos creditórios originados de operações financeiras, comerciais, industriais, imobiliárias e similares, o provisionamento após o vencimento é apropriado de forma progressiva, podendo atingir 100% do valor do ativo após 90 dias vencidos.

ii. Recebíveis de ativos com fluxo financeiro

Para ativos com fluxo financeiro, o provisionamento é aplicado de forma incremental conforme a faixa de atraso, podendo impactar o valor presente de todo o fluxo de caixa esperado de um mesmo devedor (“efeito vagão”).

O PDD Nota Inicial segue a tabela de rating apresentada acima. O PDD Vencido é calculado mediante a aplicação de percentuais incrementais conforme a faixa de atraso do devedor, conforme demonstrado a seguir:

Nota	Faixa de atraso	Percentual de PDD
AA	Até 5 dias	0,00%
A	6 a 15 dias	0,50%
B	16 a 30 dias	1,00%
C	31 a 60 dias	3,00%
D	61 a 90 dias	10,00%
E	91 a 120 dias	30,00%
F	121 a 150 dias	50,00%
G	151 a 180 dias	70,00%
H	Acima de 180 dias	100,00%

iii. Confissão de dívidas

Para operações de confissão de dívida, a mensuração da perda considera o fluxo de caixa renegociado e o comportamento de pagamento das parcelas, sendo o provisionamento ajustado conforme o prazo e o status de adimplência.

i. Se a próxima parcela da confissão de dívida vencer em 60 dias ou mais, e o fluxo estiver adimplente, é aplicado o modelo de recebíveis tradicionais, com rating do cedente/devedor, especificado anteriormente;
ii. Se a próxima parcela da confissão vencer entre 59 dias e 5 dias

$$Valor\ PDD = Valor\ Presente \times \left(\frac{parcelas\ em\ aberto\ da\ confissão}{total\ de\ parcelas\ da\ confissão}\right)$$

iii. Se a próxima parcela vencer a mais de 5 dias, o valor da provisão corresponderá ao valor presente do fluxo da confissão.

4. Caixa e equivalentes de caixa

No exercício findo em 31 de janeiro de 2026, o saldo de caixa do Fundo é de R$ 1.673 e está representado por depósito bancário à vista (2025- R$ 1.792).

5. Títulos e valores mobiliários

Composição da carteira

Em 31 de janeiro de 2026

Títulos e valores mobiliários para negociação	Quantidade	Valor contábil	Faixa de vencimento
Títulos públicos de renda fixa	**351**	**3.141**	
Letra Financeira do Tesouro - LFT	119	2.176	Acima de 1 ano
Notas do Tesouro Nacional – NTN - B	232	965	Acima de 1 ano
Cotas de fundos em renda fixa	**1.636.455**	**135.379**	
Itaú Soberano RF Simples FIF DA CIC RL **(a)**	1.636.455	135.379	Sem vencimento

Em 31 de janeiro de 2025

Títulos e valores mobiliários para negociação	Quantidade	Valor contábil	Faixa de vencimento
Títulos públicos de renda fixa	**351**	**2.781**	
Letra Financeira do Tesouro - LFT	119	1.899	Acima de 1 ano
Notas do Tesouro Nacional – NTN - B	232	882	Acima de 1 ano

(a) Em 31 de janeiro de 2026 o Fundo possuía 29,62% do seu patrimônio líquido em aplicações de cotas do Itaú Soberano Renda Fixa Referenciado DI LP Fundo de Investimento em cotas de Fundos de Investimento ("Itaú Soberano"). O Itaú Soberano foi constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo de duração indeterminado. Iniciou suas atividades em 30/09/2016, destina-se a investidores não qualificados e recebe recursos de fundos de investimento, fundos de investimento em cotas de fundos de investimento, pessoas físicas e/ou jurídicas, clientes do Administrador, do Gestor ou de controladas, direta ou indiretamente, pelo Itaú Unibanco Holding S.A. Seu objetivo é aplicar seus recursos em cotas de fundos de investimento classificados como "Renda Fixa - Referenciado", os quais investem em ativos financeiros que buscam acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") ou da taxa Selic, de forma que, no mínimo, 95% dos ativos financeiros componentes de suas respectivas carteiras estejam atrelados a este parâmetro, direta ou indiretamente. A estratégia adotada decorre e reflete a política de investimento do Fundo conforme descrito no seu regulamento/prospecto.

O Fundo obteve os seguintes resultados com títulos e valores mobiliários:

Descrição	31/01/2026	31/01/2025
Cotas de fundos de investimento	14.943	7.421
Títulos públicos federais	421	86
Total	**15.364**	**7.507**

6. Direitos creditórios

a) Operação sem aquisição substancial dos riscos e benefícios

Em 31 de janeiro de 2026

						Vencimentos					
Diretos creditórios	**Posição**	**Valor nominal**	**Taxa média das operações (%)**	**Valor contábil**	**Provisão**	**0-30**	**31 - 60**	**61 - 90**	**91 - 180**	**181 - 360**	**Acima de 360**
Contrato a performar	A vencer	2.500	31,26%	2.467	(11)	2.467	-	-	-	-	-
Confissão de dívida	Vencido	68	0,00%	68	(68)	-	-	-	-	-	68
Cheque	Vencido	220	19,93%	220	(220)	-	-	-	110	110	-
Contrato	A vencer	762	26,63%	742	(1)	-	742	-	-	-	-
Contrato	Vencido	15.158	36,55%	15.158	-	15.158	-	-	-	-	-
Duplicata mercantil	A vencer	75.144	28,20%	73.053	(92)	35.863	23.625	5.614	6.850	1.101	-
Duplicata mercantil	Vencido	7.239	29,13%	7.239	(2.948)	3.487	806	-	45	-	2.901
Duplicata de serviço	A vencer	10.311	24,95%	10.055	-	5.584	3.891	580	-	-	-
Nota de serviço	A vencer	60.094	24,07%	59.158	(7)	49.348	8.643	1.167	-	-	-
Nota de serviço	Vencido	6.472	22,71%	6.472	-	6.472	-	-	-	-	-
Unidade recebível	A vencer	43.921	27,69%	42.224	(113)	18.740	9.333	4.897	6.799	2.452	3
Unidade recebível	Vencido	5.998	27,02%	5.997	(4.744)	944	216	260	711	787	3.079
		227.887		**222.853**	**(8.204)**	**138.063**	**47.256**	**12.518**	**14.515**	**4.450**	**6.051**

Em 31 de janeiro de 2025

						Vencimentos					
Diretos creditórios	**Posição**	**Valor nominal**	**Taxa média das operações (%)**	**Valor contábil**	**Provisão**	**0-30**	**31 - 60**	**61 - 90**	**91 - 180**	**181 - 360**	**Acima de 360**
Duplicata mercantil	A vencer	120.560	23,84%	118.317	(475)	71.824	31.125	11.467	3.848	53	-
Duplicata mercantil	Vencido	15.359	25,85%	15.358	(4.490)	9.407	2.953	1	1.062	-	1.935
Unidade recebível	A vencer	25.932	26,06%	25.001	(56)	11.242	5.499	3.014	3.888	1.358	-
Unidade recebível	Vencido	4.457	26,74%	4.458	(3.508)	887	279	265	389	392	2.246
Nota de serviço	A vencer	56.406	22,90%	54.760	(65)	29.386	15.612	2.556	4.422	2.784	-
Nota de serviço	Vencido	1.066	19,50%	1.066	(182)	1.066	-	-	-	-	-
Duplicata de serviço	A vencer	12.061	20,69%	11.780	(3)	4.582	3.338	3.860	-	-	-
Duplicata de serviço	Vencido	1.057	37,31%	1.057	-	1.057	-	-	-	-	-
Contrato	A vencer	15.047	34,83%	14.965	(22)	14.965	-	-	-	-	-
Confissão de dívida	Vencido	68	0,00%	68	(68)	-	-	-	-	-	68
		252.013		**246.830**	**(8.869)**	**144.416**	**58.806**	**21.163**	**13.609**	**4.587**	**4.249**

b) Operação com aquisição substancial dos riscos e benefícios

Em 31 de janeiro de 2026

						Vencimentos					
Direitos creditórios	**Posição**	**Valor nominal**	**Taxa média das operações (%)**	**Valor contábil**	**Provisão**	**0-30**	**31-60**	**61-90**	**91-180**	**181-360**	**Acima 360**
Contrato a performar	A vencer	607	37,27%	596	(1)	596	-	-	-	-	-
CCB **(b.i)**	Vencido	2.769	0,00%	2.769	(2.769)	-	-	-	-	-	2.769
Duplicata mercantil	A vencer	93.958	26,69%	89.790	(235)	5.049	5.185	11.612	67.944	-	-
Duplicata mercantil	Vencido	2.666	28,26%	2.666	(2.610)	55	1	-	-	103	2.507
Nota de serviço	A vencer	18.413	20,41%	17.836	(44)	1.484	3.402	11.810	1.140	-	-
Nota de serviço	Vencido	1.040	17,97%	1.040	(67)	975	2	5	35	23	-
CPR	A vencer	9.349	26,38%	6.524	(27)	-	-	-	-	-	6.524
Unidade Recebível	Vencido	7	28,73%	7	(7)	-	-	-	-	-	7
		128.809		**121.228**	**(5.760)**	**8.159**	**8.590**	**23.427**	**69.119**	**126**	**11.807**

Em 31 de janeiro de 2025

						Vencimentos					
Direitos creditórios	**Posição**	**Valor nominal**	**Taxa média das operações (%)**	**Valor contábil**	**Provisão**	**0-30**	**31-60**	**61-90**	**91-180**	**181-360**	**Acima 360**
Duplicata mercantil	A vencer	12.012	27,82%	11.826	(64)	8.233	2.883	686	24	-	-
Duplicata mercantil	Vencido	3.603	28,93%	3.603	(2.629)	933	163	-	-	-	2.507
Unidade recebível	Vencido	10	29,26%	10	(10)	-	-	-	-	-	10
Nota de serviço	A vencer	25.395	17,58%	24.688	(15)	9.758	4.504	4.065	5.155	1.206	-
Nota de serviço	Vencido	847	17,90%	846	(4)	846	-	-	-	-	-
Contrato	A vencer	2.914	25,07%	2.869	-	2.869	-	-	-	-	-
CCB **(b.i)**	A vencer	4.325	0,00%	4.326	(238)	-	347	-	1.205	2.774	-
CCB **(b.i)**	Vencido	5.486	0,00%	5.486	(4.650)	841	40	16	-	1.316	3.273
		54.592		**53.654**	**(7.610)**	**23.480**	**7.937**	**4.767**	**6.384**	**5.296**	**5.790**

b.i Cédulas de Crédito Bancário

Em 31 de janeiro de 2026

Qtde	Taxa a.a. (*)	Valor contábil		Vencimento	
		A vencer	Vencido	Até 360 dias	Acima de 360 dias
1	7,44	-	1.511	-	1.511
1	7,44	-	436	-	436
1	7,44	-	338	-	338
1	6,17	-	225	-	225
1	7,44	-	139	-	139
1	8,09	-	119	-	119
6		**-**	**2.769**	**-**	**2.769**

Em 31 de janeiro de 2025

Qtde	Taxa a.a. (*)	Valor contábil		Vencimento	
		A vencer	Vencido	Até 360 dias	Acima de 360 dias
3	-	225	-	-	225
4	8,96	207	116	164	158
3	-	436	-	352	84
1	7,19	124	-	124	-
2	7,44	285	2.774	3.059	-
4	6,10	45	1.089	1.134	-
1	6,14	136	-	136	-
22	6,27	1.664	-	582	1.083
7	-	338	-	-	338
1	-	139	-	-	139
1	7,44	169	-	169	-
1	6,80	87	-	87	-
1	-	119	-	-	119
1	7,44	-	347	347	-
15	-	1.511	-	382	1.128
67		**5.485**	**4.326**	**6.536**	**3.274**

(*) Juros pós-fixado equivalente a 100% da taxa DI, acrescida da taxa ao ano.

c) Composição dos maiores cedentes

Em 31 de janeiro de 2026

Descrição	Quantidade	A vencer	Vencidos	Total	% direitos creditórios	Provisão
Cedente 1	18	20.819	-	20.819	6,05%	(46)
Cedente 2	1	-	15.158	15.158	4,41%	-
Cedente 3	15	9.522	5.029	14.551	4,23%	-
Cedente 4	436	14.265	-	14.265	4,15%	(58)
Cedente 5	4.329	9.841	58	9.899	2,88%	(52)
Demais	100.045	247.998	21.391	269.389	78,28%	(13.808)
Total	**104.844**	**302.445**	**41.636**	**344.081**	**100,00%**	**(13.964)**

Em 31 de janeiro de 2025

Descrição	Quantidade	A vencer	Vencidos	Total	% direitos creditórios	Provisão
Cedente 1	18.697	19.943	708	20.651	6,87%	-
Cedente 2	6	11.777	-	11.777	3,92%	-
Cedente 3	24	11.742	-	11.742	3,91%	-
Cedente 4	1	11.696	-	11.696	3,89%	-
Cedente 5	17	11.447	-	11.447	3,81%	(40)
Demais	74.183	201.927	31.244	233.171	77,60%	(16.439)
Total	**92.928**	**268.532**	**31.952**	**300.484**	**100,00%**	**(16.479)**

d) Critérios de elegibilidade

Os direitos creditórios somente poderão ser adquiridos pelo Fundo, na respectiva data de aquisição e pagamento, caso atendam aos seguintes critérios de elegibilidade, a serem verificados pela gestora:

i. os direitos creditórios sejam de legítima e exclusiva titularidade de cada cedente, bem como devem estar livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza;
ii. O prazo máximo de vencimento dos direitos creditórios vincendos da carteira do Fundo, inclusive aqueles representados por recebíveis de cartão de créditos, não poderá ser superior a 1.800 dias, contados da data de sua aquisição, com exceção aos direitos creditórios abaixo, que seguirão os seguintes prazos:

   a) o prazo máximo de vencimento dos direitos creditórios vincendos da carteira do Fundo, representados por CCBs ou CPR-Financeiras, não poderá ser superior a 3.000 dias, contados da data de sua aquisição";

iii. O Fundo poderá adquirir direitos creditórios de único cedente, correspondendo a 100% do patrimônio líquido do Fundo.

e) Resultado nas negociações com direitos creditórios

O saldo de resultado nas negociações no montante positivo de R$ 4.433 (2025 - R$ 3.044) é composto por:

i. Os direitos creditórios adquiridos pelo Fundo podem ser recomprados, por critérios estabelecidos pela consultoria. No exercício o montante recomprado foi de R$ 35.105 (R$ 271.896 - 2025), sendo que o valor presente dos títulos era de R$ 34.790 (R$ 271.205 – 2025), gerando resultado de R$ 315 (R$ 735 – 2025);
ii. Os juros pagos pelos sacados pela prorrogação do prazo de vencimento dos direitos creditórios totalizaram R$ 4.899 (R$ 4.819 – 2025); e
iii. Os abatimentos/descontos concedidos aos sacados pela antecipação do pagamento dos direitos creditórios totalizaram R$ 781 (R$ 2.510 – 2025).

f) Movimentação dos direitos creditórios

Apresentamos abaixo a movimentação ocorrida com os direitos creditórios nos exercícios findos em 31 de janeiro de 2026 e de 2025.

Direitos creditórios	31/01/2026	31/01/2025
Saldo inicial	**300.484**	**250.964**
(+) Aquisições	2.033.758	1.840.544
(-) Liquidações e recompra	(2.056.651)	(1.843.033)
(+) Rendimentos	66.490	52.009
Saldo final	**344.081**	**300.484**

g) Provisão para perdas por redução no valor recuperável

A carteira de direitos creditórios e a provisão para perdas por redução no valor de recuperação estão assim apresentadas:

Em 31 de janeiro de 2026

		Vencimentos					
Direitos creditórios	**Valor contábil**	**0-30**	**31-60**	**61-90**	**91-180**	**181-360**	**Acima 360**
Direitos creditórios a vencer	302.445	119.130	54.822	35.680	82.733	3.553	6.527
Provisão para perdas por redução no valor recuperável	**(531)**	**(163)**	**(72)**	**(92)**	**(173)**	**(4)**	**(27)**
Direitos creditórios vencidos	41.636	27.093	1.025	266	900	1.023	11.329
Provisão para perdas por redução no valor recuperável	**(13.433)**	**(18)**	**(5)**	**(158)**	**(900)**	**(1.023)**	**(11.329)**

Em 31 de janeiro de 2025

		Vencimentos					
Direitos creditórios	**Valor contábil**	**0-30**	**31-60**	**61-90**	**91-180**	**181-360**	**Acima 360**
Direitos creditórios a vencer	268.532	152.859	63.308	25.648	18.542	8.175	-
Provisão para perdas por redução no valor recuperável	**(938)**	**(535)**	**(121)**	**(39)**	**(228)**	**(15)**	**-**
Direitos creditórios vencidos	31.952	15.037	3.435	282	1.451	1.708	10.039
Provisão para perdas por redução no valor recuperável	**(15.541)**	**(819)**	**(1.256)**	**(268)**	**(1.451)**	**(1.708)**	**(10.039)**

Movimentação da provisão para perdas por redução ao valor recuperável dos diretos creditórios:

	31/01/2026	31/01/2025
Saldo anterior	**(16.479)**	**(13.364)**
Reversão de provisão	2.515	-
Constituição de provisão	-	(3.115)
Saldo final	**(13.964)**	**(16.479)**

h) Valores a identificar

O saldo na rubrica de “valores a identificar”, no montante de R$ 14.379 (2025 - R$ 11.921), refere-se ao envio de recursos ao Fundo, substancialmente identificados após a data base das demonstrações contábeis pela administradora.

i) Recebíveis a liquidar

O saldo na rubrica de “recebíveis a liquidar”, no montante de R$ 1.973 (2025 - R$ 438), refere-se a direitos creditórios liquidados pelo sacado na data base, cujo recebimento por parte do Fundo ocorre no primeiro dia útil subsequente.

7. Gerenciamento e controles relacionados aos riscos

a) Tipos de risco

Risco de mercado

Consiste no risco de flutuação dos preços e da rentabilidade dos ativos financeiros do Fundo, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações nas políticas econômicas monetária, fiscal ou cambial, e mudanças econômicas nacionais ou internacionais. As oscilações de preços podem fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes aos de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das cotas e perdas aos cotistas.

Risco de crédito

Consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros e/ou principal dos direitos creditórios e ativos financeiros pelos emissores e coobrigados dos ativos ou pelas contrapartes das operações do Fundo. Alterações e equívocos na avaliação do risco de crédito do emissor podem acarretar oscilações no preço de negociação dos títulos que compõem a carteira do Fundo.

Risco de liquidez

Consiste no risco de redução ou inexistência de demanda pelos ativos financeiros do Fundo nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, a administradora poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o Fundo, o qual permanecerá exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos ativos financeiros que podem, inclusive, obrigar a administradora a aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado. Esses fatores podem prejudicar o pagamento de resgate e/ou amortização aos cotistas do Fundo.

Risco de titularidade dos direitos creditórios

O Fundo é uma comunhão de recursos que tem por objeto a aquisição de direitos de creditórios, e suas cotas representam porções ideais de seu patrimônio líquido. Deste modo, a titularidade das cotas não confere ao cotista, propriedade ou qualquer outro direito que possa ser exercido diretamente sobre os direitos creditórios ou sobre os ativos financeiros que integram a carteira do Fundo. Em caso de liquidação antecipada, poderá haver resgate de cotas mediante dação em pagamento de direitos creditórios, nas hipóteses previstas no regulamento, e neste caso, a propriedade dos direitos creditórios será transferida do Fundo para os cotistas. Não caberá ao cotista a escolha dos direitos creditórios que lhe serão atribuídos por ocasião do resgate de cotas mediante dação em pagamento de direitos creditórios.

Riscos decorrentes de múltiplos cedentes

O Fundo está apto a adquirir direitos creditórios de titularidade de múltiplos cedentes. Tais cedentes não são previamente conhecidos pelo Fundo ou pela administradora, de forma que eventuais problemas de natureza comercial entre os cedentes e os respectivos devedores podem não ser previamente identificados. Caso os direitos creditórios cedidos não sejam pagos integralmente pelos respectivos devedores em decorrência de qualquer problema de natureza comercial entre o devedor e o respectivo cedente, tais como (i) defeito ou vício do produto ou (ii) devolução do produto que resulte no cancelamento da respectiva venda e os respectivos cedentes não restituam ao Fundo o montante em moeda corrente nacional correspondente ao valor dos referidos direitos creditórios, os resultados do Fundo poderão ser afetados negativamente.

Risco da diversidade dos direitos creditórios

O Fundo poderá adquirir diversas modalidades de direitos creditórios, dessa forma estará sujeito aos riscos específicos de cada uma dessas modalidades, ainda que a administradora estabeleça novos critérios de elegibilidade ou exija documentos específicos. O recebimento dos direitos creditórios poderá depender entre outros fatores; (i) do esforço de cobrança judicial e extrajudicial uma vez que poderão estar vencidos e pendentes de pagamento quando adquiridos pelo Fundo; (ii) da habilitação, homologação ou declaração pelo poder judiciário do direito do Fundo em receber tais créditos; (iii) de procedimentos específicos exigidos pela administração federal, estadual, municipal ou autarquias, o que poderá implicar perdas patrimoniais ao Fundo.

Risco de fatores macroeconômicos

O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da administradora tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas, poderão resultar em (a) perda de liquidez dos ativos que compõem a carteira do Fundo, (b) inadimplência dos emissores dos ativos financeiros e/ou devedores, e (c) incremento significativo nas solicitações de resgates de cotas. Tais fatos poderão acarretar prejuízos para os cotistas e atrasos nos pagamentos dos regastes.

Outros riscos

O Fundo está sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos, tais como moratória, guerras, revoluções, mudanças nas regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira, alteração na política econômica, decisões judiciais entre outros descritos no regulamento do Fundo.

b) Controles relacionados aos riscos

Não obstante a diligência da administradora, da gestora e da consultora em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos aos diversos tipos de riscos e, mesmo que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e seus cotistas.

O controle do risco de mercado é baseado em cenários na perda máxima aceitável, de modo a evitar que se incorra em risco excessivo, mediante análises qualitativas e quantitativas, que considerem fatores como cenários de estresse, avaliação da equipe de gestão, processo de investimento, consistência na performance e gerenciamento de risco, bem como por meio de constante monitoramento. Esses parâmetros podem ser alterados de acordo com mudanças estruturais no mercado ou a qualquer momento.

A avaliação do risco de crédito é efetuada pela administradora através do monitoramento prospectivo e retrospectivo dos eventos de pagamento de juros, amortização e vencimento das operações, quando aplicável. Em caso de ocorrência de algum default no pagamento desses eventos, a capacidade financeira do emissor ou da contraparte é avaliada pelo Comitê de Crédito da administradora, onde são tomadas decisões para a constituição ou não de provisão para perdas.

O controle do risco de liquidez é baseado no monitoramento do nível de solvência, verificando um percentual mínimo de ativos, em relação ao patrimônio líquido do Fundo, com liquidez compatível com o prazo previsto para conversão em quantidade de cotas e pagamento dos resgates solicitados.

8. Instrumentos financeiros derivativos

É vedado ao Fundo realizar operações com instrumentos financeiros derivativos, mesmo que com o objetivo de proteção patrimonial.

Nos exercícios findos em 31 de janeiro de 2026 e 2025 não houve operações com instrumentos financeiros derivativos.

9. Evolução da cota e rentabilidade

A rentabilidade calculada com base na variação da cota, e o patrimônio líquido médio foram os seguintes:

Exercício	Patrimônio líquido médio	Valor da cota	Rentabilidade (%)
Exercício findo em 31 de janeiro de 2026	365.117	2.366,901441	24,69%
Exercício findo em 31 de janeiro de 2025	300.684	1.898,231731	19,61%

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

10. Classificação por agência classificadora de risco

As cotas emitidas pelo Fundo são destinadas a um único cotista, ou grupo de cotistas vinculados por interesse único e indissociável, portanto está dispensada a obtenção de avaliação de riscos por agência de rating, conforme faculta a Resolução CVM nº 175/22.

11. Emissões e resgates de cotas

a) Emissões de cotas

As cotas são escriturais e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares. Esta conta de depósito caracteriza a qualidade de cotista.

Na emissão de cotas é utilizado o valor da cota de fechamento do dia anterior ao da efetiva disponibilidade dos recursos.

No exercício findo em 31 de janeiro de 2026, houve emissão de 47.484,70 cotas no valor de R$ 99.810.

No exercício findo em 31 de janeiro de 2025 não houve emissão de cotas.

b) Resgates de cotas

Os cotistas poderão solicitar o resgate das cotas a qualquer momento, observado o disposto no regulamento do Fundo. Não haverá carência para solicitação de resgates.

Os valores de resgate das cotas serão efetuados pela cota de fechamento do dia anterior ao do efetivo pagamento.

No exercício findo em 31 de janeiro de 2026 não houve resgate de cotas.

No exercício findo em 31 de janeiro de 2025 ocorreu o resgate de 71.168,26 cotas no montante de R$ 120.000.

12. Negociação de cotas em mercado secundário

Não é admitida a negociação das cotas do Fundo salvo por decisão judicial, execução de garantia ou sucessão universal, nos termos da legislação vigente.

13. Custódia e tesouraria

a) Prestadores de serviços do Fundo

Administração:	Hemera Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Gestão:	Solis Investimentos Ltda.
Consultora:	Invista Crédito e Investimento S.A.
Agente de cobrança:	Invista Crédito e Investimento S.A.
Custódia:	Hemera Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Tesouraria:	Hemera Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Escrituração de cotas:	Hemera Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Controladoria:	Hemera Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

b) Custódia dos títulos e valores mobiliários

Os títulos públicos federais são escriturais e suas custódias encontram-se registradas em conta de depósito em nome do Fundo no Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC.

As cotas de fundos de investimento são escriturais e seu controle é mantido pelos administradores dos respectivos fundos investidos.

Os títulos e valores mobiliários privados são escriturais e suas custódias encontram-se registradas em conta de depósito em nome do Fundo na B3 S.A.

c) Custódia dos direitos creditórios

O custodiante mantém a guarda da documentação relativa aos direitos creditórios, recebe e verifica a documentação que evidencia o lastro dos direitos creditórios representados por operações financeiras, comerciais e de serviços.

14. Encargos do Fundo

Taxa de administração e gestão

Pelos serviços de administração, custódia, controladoria e gestão do Fundo, é devido uma taxa de administração paga pelo Fundo, equivalente à soma dos valores calculados conforme a tabela abaixo:

Serviços	Patrimônio líquido do Fundo	Taxa a.a.	Mínimo
Administração, custódia e controladoria	Até 100.000	0,350%	R$ 56 mensal, acrescido de R$ 7 pagos trimestralmente.
	De R$ 100.000 até R$ 200.000	0,325%	
	De R$ 200.000 até R$ 300.000	0,300%	
	De R$ 300.000 até R$ 400.000	0,250%	
	De R$ 400.000 até R$ 500.000	0,225%	
	De R$ 500.000 até R$ 1.000.000	0,200%	

Serviços	Patrimônio líquido do Fundo	Taxa a.a.	Mínimo
	De R$ 1.000.000 até R$ 2.000.000	0,175%	
	De R$ 2.000.000 até R$ 3.000.000	0,150%	
	De R$ 3.000.000 até R$ 4.000.000	0,125%	
	Acima de R$ 4.000.000	0,100%	
Gestão	Até R$ 100.000	0,09%	
	De R$ 100.000 até R$ 300.000	0,08%	
	De R$ 300.000 até R$ 500.000	0,07%	
	Acima de R$ 500.000	0,05%	

As taxas de administração e gestão são calculadas linearmente, provisionada à base de 1/252 e paga mensalmente, até o 5º dia útil do mês subsequente ao mês da prestação dos serviços, sendo calculada e provisionada em todo dia útil.

A taxa de administração é reajustada anualmente, com base no índice da variação positiva do IPCA, contados a partir da data de início do funcionamento do Fundo ou do início da prestação de serviço, conforme o caso.

A taxa máxima de distribuição da classe corresponderá a R$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) mensais.

A consultora especializada fará jus à remuneração mínima mensal de R$ 20 e máximo de R$ 300, atualizado anualmente pela variação no IPCA.

Não serão cobradas dos cotistas quaisquer outras taxas, tais como taxa de performance, taxa de ingresso ou taxa de saída.

As despesas com a remuneração dos prestadores de serviços foram:

	31/01/2026	31/01/2025
Administração	(1.351)	(1.163)
Gestão	(325)	(404)
Custódia	(34)	(36)
Consultoria	(279)	(302)
Total	**(1.989)**	**(1.905)**

15. Legislação tributária

a) Imposto de renda

Em conformidade com o artigo 17 da Lei nº 14.754 de 12 de dezembro de 2023, e demais normativos vigentes, os rendimentos das aplicações em fundos de investimento estão sujeitos a retenção na fonte do imposto de renda, semestralmente no último dia dos meses de maio e de novembro de cada ano à alíquota de 15% para fundos de investimento cuja carteira de títulos tenha prazo médio superior a 365 dias (longo prazo) e a 20% para fundos de investimento cuja carteira de títulos tenha prazo médio igual ou inferior a 365 dias (curto prazo).

Na data da distribuição de rendimentos, da amortização ou do resgate de cotas, aplica-se o percentual complementar necessário para totalizar a alíquota prevista, variável em razão do prazo da aplicação e classificação tributária do Fundo.

Longo prazo
i) 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
ii) 20% em aplicações com prazo de 181 a 360 dias;
iii) 17,5% em aplicações com prazo de 361 a 720 dias; e
iv) 15% em aplicações com prazo superior a 720 dias.

Curto prazo
i) 22,5% em aplicações com prazo de até 6 meses; e
ii) 20% em aplicações com prazo acima de 6 meses.

Para os fundos de investimento que forem enquadrados como entidade de investimento, e que cumpram os demais requisitos previstos na Lei, não estarão sujeitos à tributação periódica e serão tributados à alíquota de 15% na data da distribuição de rendimentos, da amortização ou resgate de cotas.

A regra tributária acima descrita não se aplica aos cotistas sujeitos a regras de tributação específica.

b) Imposto sobre operações financeiras

Os resgates quando realizados em prazo inferior a 30 dias, estão sujeitos a cobrança de IOF. A alíquota de IOF é de 1% ao dia sobre o valor dos resgates das cotas realizados pelos cotistas, limitado ao rendimento da operação, e decrescente em função do prazo até a alíquota zero (após 30 dias da data da aplicação).

Adicionalmente, conforme previsto no Decreto Lei nº 12.499 de 11 de junho de 2025, haverá incidência do IOF, à alíquota de 0,38%, sobre o valor correspondente à aquisição primária de cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), inclusive nas aquisições realizadas por instituições financeiras.

Os cotistas isentos, os imunes e os amparados por norma legal ou medida judicial específicas não sofrem retenção do Imposto de Renda na fonte e/ou IOF.

16. Transações com partes relacionadas

Foram consideradas como partes relacionadas, a administradora, o gestor, a consultora ou as partes a eles relacionados, bem como os saldos mantidos com partes relacionadas, incluindo o saldo junto ao Banco Hemera no montante de R$ 837. Ademais, a Nota explicativa nº 14 demonstra os pagamentos efetuados pela prestação de serviços.

17. Demandas judiciais

O Fundo figura como polo passivo de demandas judiciais/extrajudiciais. Segundo seus assessores jurídicos as demandas com expectativa de perda classificada como possível são estimadas em R$ 36 (2025 – R$ 14).

18. Alterações estatutárias

Em 18 de junho de 2025, por meio da assembleia geral ordinária de cotistas, foram aprovadas as demonstrações contábeis do Fundo referentes ao exercício findo em 31 de janeiro de 2025.

Em 23 de setembro de 2025, por meio da assembleia geral extraordinária, houve deliberação e aprovação das seguintes matérias:

i. a alteração da redação dos seguintes dispositivos do regulamento do Fundo, os quais passarão a vigorar na forma abaixo transcrita e consolidada no anexo I da ata:

a) exclusão da definição de “Taxa de retorno” no glossário, a qual passará a vigorara em conformidade com o disposto na versão consolidada do regulamento anexo a ata;
b) inserção da redação da alínea “z” no item 12.1;
c) alínea “b” do item 8.1;
d) inserção da redação dos subitens “viii” e “ix”, no item 10.1:
e) item 11.3 e inserção da redação do item 11.4;
f) inserção da redação do subitem “vi”, no item 12.6; e
g) itens 13.3.3; 13.4.3, inclusão da redação dos itens 13.4.4, 13.7.3, 13.7.4;

ii. consolidar a redação do regulamento do Fundo e seus anexos e apêndices, para refletir as deliberações aprovadas, nos termos do anexo I da ata; e
iii. autorizar a administradora a adotar as providências necessárias para o cumprimento das deliberações da assembleia geral.

Em 30 de setembro de 2025, por meio da assembleia geral extraordinária de cotistas, houve deliberação e aprovação das seguintes matérias:

i. inclusão da alínea “aa” no item 12.1 do capítulo “12. Das Despesas e Encargos do Fundo”;
ii. consolidação da redação do regulamento do Fundo e seus anexos e apêndices, para refletir as deliberações aprovadas, nos termos do anexo I da ata; e
iii. autorização para a administradora adotar as providências necessárias para o cumprimento das deliberações da assembleia geral.

Em 03 de novembro de 2025, por meio da assembleia especial extraordinária de cotistas, houve deliberação e aprovação das seguintes matérias:

i. a modificação do seguinte item do anexo descritivo da classe única do regulamento do Fundo: correção da referência que consta na alínea “e” do item 7.15;
ii. consolidar a redação do regulamento do Fundo e seus anexos e apêndices, para refletir as deliberações aprovadas, nos termos do anexo I da ata; e
iii. autorizar a administradora a adotar as providências necessárias para o cumprimento das deliberações da assembleia especial.

Em 26 de novembro de 2025, por meio do comunicado ao mercado / fato relevante, a gestora e Pátria Investimentos Ltda. formalizaram um contrato de compra e venda, por meio do qual o Pátria, passará a deter participação equivalente a 51% do capital social da gestora.

19. Outros serviços prestados pelo auditor independente

Informamos que a administradora não contratou outros serviços dos auditores independentes relacionados ao Fundo além dos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.

20. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes que requeressem divulgação nas demonstrações contábeis.

21. Diretor e contador

Alsimar da Costa Nesi	Igor de Carvalho Pimenta Fernandes
Diretor	**Contador CRC 1 RJ – 124459/O**